

Renascença: Aurora Feroz da Modernidade – Capital, Política, Maquiavel

Paola Baldovinotti Serpa¹

I ntrodução

O Renascimento configurou-se como um processo social, híbrido e contraditório, que revolucionou a vida humana em sua totalidade. Por um lado, as antigas certezas da *estabilidade natural* das relações feudais estão todas em processo de desconstrução avançado; por outro, o desenvolvimento do historicamente novo – o capital já em sua fase de acumulação primitiva – são forças que pulsam com características e intensidades irregulares, muito particulares, nas diferentes regiões do velho continente, mas que se põem, em todos os casos, de forma avassaladora. Em síntese, portanto, o *Renascimento* surgiu entre o feudalismo e – aquilo que se desenvolveria na sequência – um estado de equilíbrio entre as forças feudais e burguesas.

Uma das diferenças centrais entre a “comunidade natural” e a sociabilidade capitalista resulta da limitação histórica da evolução das forças produtivas, “tanto da riqueza como da maneira de a criar”, que determina os limites da própria comunidade, bem como das individualidades que as integra. A *reprodução* dos meios de produção e de suas respectivas relações sociais é, a um só tempo, o objetivo e a condição da própria produção nessas comunidades primitivas. O capital, ao romper tais barreiras e limitações com seu progresso, põe em perspectiva o desenvolvimento universal das forças produtivas e da riqueza e, em consonância, do indivíduo. A superação dessas limitações ocorre tanto em termos práticos quanto ao nível da consciência, tornando o indivíduo “capaz de apreender a sua própria história como um processo”.²

Mas o Renascimento (séculos XIV-XVI) remete apenas ao *aparecimento* da produção burguesa, e em nível ainda relativamente baixo. O *retrocesso* (em direção à refeudalização) ou o *congelamento* do desenvolvimento social ainda eram tendências possíveis, pois o processo de reprodução constante da sociedade burguesa, que consumiria as novas relações,³ ainda não

se iniciara. Por isso, apesar de o período renascentista ter sido o *ponto de partida* da produção e da sociedade burguesas, “sua sociedade e modo de produção *não eram ainda* a própria sociedade e o próprio modo de produção burgueses”. Em termos ideológicos, já era uma ideologia burguesa e de caráter revolucionário por ser “expressiva das novas relações sociais [que] veio combater a antiga”. No entanto, “*estava longe de se transformar na ideologia consciente de toda a burguesia*”.⁴

Capital; Política; Maquiavel

A *produção de ideias* em geral faz parte da história humana global e é determinada, através de múltiplas mediações, pela maneira que os homens produzem e reproduzem sua vida.⁵ Maquiavel é uma das mais brilhantes sínteses das tensões próprias ao Renascimento e situá-lo como “o *último grande pensador da república antiga e o primeiro do absolutismo moderno*”⁶ enfatiza essa peculiaridade, ao mesmo tempo que instiga a refletir sobre o preciso significado de suas proposições. Maquiavel é, *em grau maior*, “expressão necessária de seu tempo”, cujos trabalhos estão “estritamente ligados às condições e às exigências de sua época”. Ressalte-se que a *ciência política* de Maquiavel está em plena consonância com a *filosofia da época*, a qual tende “à *organização das monarquias nacionais absolutas, a forma política que permite e facilita um novo desenvolvimento das forças produtivas burguesas*”.⁷

Se a *filosofia* e a *ciência política* tendem ao *absolutismo* é porque a própria *realidade* tem seu evoluir em direção ao governo centralizado, sob o domínio de um único soberano. A partir de meados do século XV essas

mudanças ocorridas no âmbito das relações de produção, através da alteração dos direitos de propriedade (enclosures) e seus efeitos, sensíveis em todos os níveis da vida social. Em síntese, surge, pela primeira vez numa dimensão historicamente considerável, a relação entre o aumento da produtividade e da lucratividade associados à propriedade individual plena, isto é, exclusiva e excludente, implicando na subsequente subsunção de todas as relações à lógica do mercado. (disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/EllenWood.pdf>).

⁴HELLER, Agnes. *O homem do renascimento*. Lisboa: Presença, 1982, p. 16-18.

⁵VAISMAN, Ester. A ideologia e sua determinação ontológica. *Revista Ensaio* 17/18. São Paulo: Ed. Ensaio, 1989.

⁶CHASIN, José. A Determinação Ontonegativa da Politicidade. *Ensaio Ad Hominem*, N. 1, Tomo III. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 202.

⁷GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 29-30.

¹Doutoranda em Ciências Sociais/Unesp-Marília. Bolsista FAPESP.

²MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 541-542.

³Nosso recorte histórico não adentra nessa concretude posterior que veio a constituir-se como capitalismo, entendido como nova forma original de produção, que descarta sua simples e imediata identificação com o crescimento das cidades/desenvolvimento do comércio – sem desmerecer, no entanto, da importância que tiveram nessa processualidade. Em *As origens agrárias do capitalismo*, Ellen Wood destaca a centralidade de transformações ocorridas na sociedade rural inglesa do século XVIII para o engendramento da dinâmica própria do capitalismo. Refere-se às inovações técnicas, que transformaram as formas centenas de cultivo, mas principalmente às

forças gerais se evidenciavam, e já em princípios do século XVI a monarquia absoluta era o tipo predominante de governo na Europa ocidental. A *tendência geral* era, enfim, superar a dispersão territorial e a fragmentação dos círculos de autoridade, em que prevaleciam feudatários e corporações, que caracterizavam o poder político nos moldes feudais. Tendência *política*, ademais, intrinsecamente vinculada às transformações socioeconômicas.

Ao longo do período mercantilista, que antecede a era industrial, era no comércio de longa distância que se encontravam as transações financeiras e as técnicas “capitalistas” mais avançadas, ou seja, no movimento do *capital mercantil*. As necessidades da sua *persona* – o *novo mercador* – tinham como foco ampliar seus espaços de atuação – isto é, sua lucratividade – lidando com qualquer produto vantajoso, em qualquer mercado de grande potencial. Era da esfera da troca, portanto, que provinham o estímulo econômico e os capitais que movimentavam a produção. À medida que assumia o controle progressivo da produção, o mercador subsumia a atividade do artesão e simultaneamente subtraía poder dos antigos grêmios e cidades-repúblicas. A livre circulação por territórios cada vez mais amplos lhe era, pois, uma *necessidade vital*, de modo que o poder absoluto será o grande fiador dessa expansão.

Reconhecer a *modernidade* do absolutismo nestes tempos, bem como sua *função civilizatória*, é ponto de partida para determinar a abrangência do pensamento maquiaveliano. Mesmo porque, “ao se interpretar Maquiavel, ignora-se que a monarquia absoluta era, naquela época, uma forma de regime popular e que ela se apoiava nos burgueses contra os nobres e também contra o clero”;⁸ ignora-se, portanto, que “o absolutismo do baixo Renascimento estava ligado por uma relação social real e sincera à ideologia do Renascimento”.⁹ Consta-se que o desenvolvimento da *ordem legal burguesa* – com “o aparecimento de um estado unificado, centralizado, e a criação de um sistema de leis mais ou menos universal”¹⁰ – foi um importante passo no processo civilizatório da humanidade. Em geral, a imposição da lei a *ferro e fogo* foi uma via iniciada e realizada pela monarquia absoluta – que se deparava com tarefa redobrada, já que as arcaicas tradições eram imiscuídas pelas novas ambições.

As relações burguesas e o dinheiro liquidavam os antigos valores e a vida acabava por ser dominada pela brutalidade da acumulação primitiva. Em lugar da solidariedade da família e da lealdade dos amigos, tornam-se ocorrências cotidianas a traição, a lisonja, a denúncia, a hipocrisia e o cinismo. É disto que trata Maquiavel ao relatar a *corrupção social* que assolava os povos europeus. As crescentes *desigualdades de riqueza* se acentuavam à medida que o desenvolvimento burguês progredia – ou seja, à medida que uma ética de procura incessante pelo dinheiro se generalizava – explicitando a degenerescência das morais e, diante disso, o

esgotamento e colapso das formas de governo em moldes antigos.

As cidades-repúblicas do Renascimento foram edificadas a partir de um movimento geral de recuperação da Antiguidade – no qual, em termos políticos, Roma é, na análise de Maquiavel, o grande referencial de vida social sadia. Em seus *Discursos*¹¹ enaltece as “morais sãs”, não deixando de enfatizar que sua existência está intrinsecamente vinculada às condições próprias das comunidades republicanas sólidas, baseadas tanto em uma igualdade relativa de riqueza – entre os estratos dirigentes, por certo – e uma ética comunitária. A *polis* renascentista está diante da dissolução dos valores tradicionais, vislumbrada pela desintegração da “vida comunitária” e ratificada pela *corrupção social*. Atento às exigências dos novos tempos, Maquiavel compreende bem que a não adaptação da política e da ética à nova situação significaria a ruína da sociedade.

A convicção de Maquiavel evoca uma atualização do Estado e da política, com o propósito de refundar o Estado para restituir a civilidade entre os seres humanos. A disparidade entre apetites insaciáveis – na ambição irrestrita dos homens – e capacidade de satisfação limitada é uma condição que, caso não seja refreada, pode levar os indivíduos a disputas altamente destrutivas. A *natureza* assim dissociou os homens; cabe à politicidade, portanto, dirimir esses conflitos e conduzi-los a um convívio razoavelmente harmônico.

A *maldade natural* ou o *egoísmo universal* identificado por Maquiavel, na verdade constitui a *essência dos homens* – isto é, o conjunto das relações que os indivíduos estabelecem¹² – em uma época histórica particular. As ilimitadas possibilidades de adquirir riqueza, sucesso, fama ou de alcançar o poder a qualquer custo, são algumas das aspirações mais comuns que o capitalismo despertou nos homens do Renascimento. No entanto, a universalização, empreendida por Maquiavel, de uma particularidade histórica – ao fixar a natureza humana, negativamente definida pelo egoísmo – é um procedimento compreensível e explicável. Existem limitações históricas de um período que ainda não dispunha, por exemplo, das noções de *História* ou de *autocriação do homem*, no sentido de uma percepção do desenvolvimento histórico autêntico. A apreensão de mudanças essenciais entre épocas passadas e presentes, bem como as perspectivas futuras, estava aquém das possibilidades da época, onde a percepção do movimento *cíclico* prevalecia em relação à compreensão do desdobramento em sentido *espiral*. O mundo é reconhecido como produto da ação humana, mas a humanidade não é apreendida em seu movimento de autoconstrução.

É fato que a indignação de Maquiavel diante do declínio das morais na Itália desdobrou-se num *programa político* – um problema geralmente apresentado em termos de dois rumos alternativos: “ou voltar à velha

⁸Idem., p. 207.

⁹HELLER, op. cit., p. 18.

¹⁰Idem., p. 129.

¹¹MAQUIAVEL, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.

¹²MARX, Karl. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

polis e à sua ética comunitária, ou então rejeitar completamente o ideal da *polis* e progredir no sentido da criação de uma monarquia absoluta unificada na Itália, aceitando a situação ética que o capitalismo contemporâneo trouxera e, além disso, levando-a até uma conclusão coerente”.¹³ No entanto, tornar excludentes e incomunicáveis as duas motivações pode significar absolutização de um dos lados, onde Maquiavel é visto ou “exclusivamente [como] um advogado da monarquia absoluta e, além disso, o apóstolo de uma ética burguesa cínica, do ‘maquiavelismo político’” ou teremos as análises daqueles que “apenas viram o republicano plebeu que (como Rousseau, por exemplo pensou) tratou o tema do *Príncipe* de maneira puramente satírica”.¹⁴ Não se pode, assim, deixar de reconhecer a modernidade de Maquiavel na análise de sua contemporaneidade – que desnuda a generalização da corrupção social e o aniquilamento das heranças civis e cívicas de molde antigo –, mas que, por outro lado, não deixa de explicitar que a solução proposta evoca o *bem comum* como *télos*, referenciada na antiga República romana, voltada à recuperação do passado perdido.

Ao sintetizar a *História de Florença*,¹⁵ Maquiavel explicita seu juízo negativo sobre a república florentina de então. Não hesita em recorrer ao absolutismo com o claro objetivo de reciclar a sociedade a partir da instauração de uma nova legalidade que, através da força e da astúcia, não só impediria o colapso social como ainda seria o indutor de relações mais positivas. Sua análise do presente é realista, seu instrumento de intervenção é moderno, mas seu verdadeiro *télos* emana do passado: a corrupção exige a imposição da lei pela mão régia do absolutismo, na tentativa idílica da restauração do *bem comum*.

A superação da ameaça de desintegração demanda a intervenção absolutista na imediatez; após a restauração social de sua condição degenerada, torna-se possível um poder equilibrado – ou a forma mista de governo em sua recuperação da vertente romana. Maquiavel não trabalha com a eliminação total do conflito social, dada a própria convicção que tem do caráter humano. A sociabilidade sadia consiste, portanto, numa equação eficaz quanto aos modos de o conter e controlar. E é a consideração da dimensão pública (mesmo que a clivagem público/privado esteja nos princípios de adquirir seus contornos modernos) que mantém equilibrada a ambição de riqueza e poder. O interesse coletivo – ou o bem da República – condiciona a “boa e justa riqueza”, a vida em liberdade – onde as diferenças convivem em relativa harmonia, ecoando uma reposição da vida comunitária.

Agnes Heller chama atenção para a irregularidade que caracteriza o desenvolvimento do conceito de homem e o conceito de sociedade. Tanto na Antiguidade quanto no Renascimento, a reflexão sobre o

homem era, fundamentalmente, um problema ontológico – o que já não acontecia com o conceito de sociedade. A tradição clássica que “interpretou os acontecimentos na sociedade como sendo primeiramente e essencialmente acontecimentos políticos” foi em grande medida retomada no Renascimento. É certo que alguns fenômenos especificamente sociais, cuja existência era independente do Estado, foram objeto de reflexão; o importante, no entanto, é que “a estrutura social como um todo se manteve sinônima da estrutura de estado”¹⁶ – identificação que perdura até que o conceito explícito de sociedade seja viabilizado pela maturação do capitalismo.

Interessante também é enfatizar que a ideia de futuro, como uma perspectiva envolvendo uma transformação substancial do presente, é algo posterior, cara aos homens do Iluminismo. Apesar do vislumbre de progressos tecnológicos, o Renascimento permanece sem qualquer perspectiva social global. O decisivo consiste, pois, em evidenciar o caráter não histórico (diferente de anti-histórico) que perpassam esses tempos, dado que a própria noção de historicidade ainda não se desenvolvera. Portanto, não admira que os indivíduos oscilassem cotidianamente entre orientações para o passado e para o “futuro”: seus passos eram guiados pelo presente apesar de o ideal, não raro, encontrar-se no passado. Mas o ritmo acelerado das mudanças na técnica e nas condições sociais inviabilizava, cada vez mais, a orientação para um “passado autêntico”. A adaptação constante e cotidiana aos novos tempos se impunha, sob a pena de se arruinar, em todos os aspectos da vida – sendo político de Maquiavel a expressão mais radical dessa exigência de manter-se em consonância com o presente.

Quando consideramos o caso italiano, a *polis* florentina em especial, verifica-se que o processo de acumulação primitiva interrompeu-se antes de poder romper os limites da cidade-estado. Esta particularidade fez emergir uma realidade onde conviviam dois princípios antagônicos: enquanto no domínio econômico o desenvolvimento tendia a uma expansão sem limites, rumo ao infinito, na arena política ainda prevaleciam limites fixos. A categoria da “medida” – herança direta das sociedades de tipo comunal, enquanto limitações sociais em sentido simultaneamente ético¹⁷ – permanecia como norma real de comportamento na vida política, onde o *bem da república* ainda era a grande referência. Apesar de não desenvolver um raciocínio claro das determinantes econômicas, Maquiavel identifica certas mudanças sociais que impõem uma nova postura política. O absolutismo é o instrumento através do qual se põe a possibilidade de resgatar a sociedade da degenerescência moral que a assola, nitidamente ligada a crescente desigualdade de riqueza que está por destruir os antigos laços comunais. Mas mesmo diante da força e da astúcia que se exige dos governantes, o *bem comum* ainda deixa vestígios.

¹³HELLER, op. cit. p. 256.

¹⁴Idem, p. 256.

¹⁵MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. São Paulo: Martins Fontes, 2007b.

¹⁶HELLER, op. cit. p. 25-26.

¹⁷CHASIN, Milney. *Política, Limite e Medianina em Aristóteles*. Tese de doutorado – USP: FFLCH, 2007.

A renascença é referência, ainda, para o próprio “nascimento da individualidade”, demarcando a tomada de consciência individual da própria subjetividade. O mundo começava a ser compreendido como “um mundo feito de indivíduos”, de modo que este “indivíduo” passa a ser, portanto, o ponto de partida das reflexões. A sociedade passa, assim, a ser concebida como uma construção a partir dos “átomos” constituídos pelos homens individuais – e não raro a *autopreservação* irá ser entendida como a determinação primária do comportamento humano. Nessa tendência, Maquiavel desponta como precursor da acepção *contratualista* que se desdobrará nos séculos seguintes. Em sua reflexão a política assume tamanha importância que há correspondência entre o surgimento do Estado e do Direito com a própria civilização. Ao destacar a condição dos homens nos primórdios dos tempos, o autor elabora um esboço primitivo do contrato social, indicando que os homens, dantes isolados, se reúnem consensualmente em busca de segurança, submetendo-se a um líder e a leis que os permitam a vida em sociedade. Convicto de que “só o poder dá segurança aos homens”, indica que somente a regulação jurídica das relações dos indivíduos pelo Estado confere as condições necessárias para uma vida civilizada.¹⁸

A ciência da política, inaugurada com Maquiavel, resulta, em grande parte, da observação da experiência cotidiana e de sua subsequente generalização. Em sua formulação, a política é reconhecida como *atividade autônoma*, com princípios e leis próprios – distintos e independentes, portanto, daqueles da moral e da religião. Polêmico, pois, é o significado deste fundamento no conjunto de sua obra. É comum, por exemplo, a referência ao *cinismo* e ao *oportunismo* – o *maquiavelismo* – que derivam desta autonomização e que vão impregnar a ação política em seu conjunto. Mas é interessante considerar que – como pondera Gramsci – com seus escritos, Maquiavel “*visa apenas e concretamente a mostrar como deveriam atuar as forças históricas para se tornarem eficientes*”.¹⁹

É somente no Renascimento que a política irá adquirir uma circunscrição autônoma em relação às normas gerais da vida social. A política como *técnica*, como um *ofício*, tem como uma de suas pré-condições a *divisão social do trabalho capitalista*. É quando, portanto, as categorias separadas de “político” e de uma “atividade política” – no sentido de capacidades e deveres distintos – começam a surgir *na vida e no pensamento*. Com intensidade crescente, este tipo de atividade política profissional tornava-se a mediação em questões cujo cerne era a própria “sobrevivência social”, em referência ao aumento dos contatos internacionais e dos conflitos entre as “nações”, por exemplo. À medida que a tessitura econômico-política da sociedade se complexificava, moldava-se, a um só tempo, o caráter da política em nível nacional e mundial – incumbindo responsabilidade crescente à atividade política e suas correlatas consequências.

Um dos aspectos decisivos das reflexões de Maquiavel trata precisamente da necessidade desta nova *técnica* – principalmente numa Itália tão carente de verdadeiros estadistas. Sua análise da política se desdobra numa época e num lugar em que, de fato, o Estado burguês, em seus contornos iniciais – a monarquia absolutista –, nem sequer se desenvolvera.²⁰ Os esforços de compreensão das *leis da ação política* são impulsionados pela necessidade de superação dessas limitações materiais e resultam em conquistas decisivas: a racionalidade política é de outro tipo, diferindo em sua forma de pensar e conduzir as ações, bem como se pautando por uma ética e um *modus operandi* próprios.

A percepção global da situação e a prática global individual estão intrinsecamente ligadas, sendo que tal *conhecimento* e tal *prática* políticos dirigem-se para o *fim como um todo*, onde a consecução bem sucedida dos objetivos propostos é o que importa. Assim é que Maquiavel avalia o valor de uma ação política, a qual, em termos gerais, tem como principal critério moral as *consequências* – de modo que o *êxito* é o máximo valor na *ética política*. Os resultados positivos, porém, decorrem da correção do conhecimento e da prática políticos. Subordinados àqueles, emergem as questões relativas à *manipulação política* e à *ética política*. E em Maquiavel “manipulação” significa nada mais que dispor de todos os meios necessários à implementação prática do conhecimento político, isto é, tudo aquilo exigido para atingir-se com êxito a finalidade previamente estabelecida.

Em síntese, sua teoria dos meios e dos fins tem como conteúdo que nenhum dos meios – por mais violento ou inescrupuloso – deve ser rejeitado se for *necessário* para se obter um resultado. Assim, em sentido político, um instrumento é *bom* ou *mau* conforme seja um meio *adequado* ou *inadequado*, respectivamente, à concretização de um fim – *bom se necessário*, mesmo que seja condenado pela moral tradicional. Deixando de ser necessário, cessa também sua condição de meio adequado e deve, por conseguinte, ser rejeitado. Não há, portanto, apologia à manipulação de forma indiscriminada. Em política, a prioridade é determinada pelos êxitos dos fins. A *virtude política* consiste no correto discernimento da *utilidade* dos meios na efetivação de um fim; meios estes, aliás, em constante mutação devido às incessantes transformações sociais. E a *prudência*, em política, envolve esta correta avaliação quanto às exigências impostas pelas novas situações e sua consequente adaptação a elas, assegurando eficiência aos resultados das empreitadas políticas.

Recordando-se que, à época de Maquiavel, a hipocrisia tornara-se um problema social e ético de alcance relativamente universal, compreende-se o recurso à manipulação política no combate a “corrupção”

¹⁸ MAQUIAVAL, op. cit., 2007a, p. 14-15.

¹⁹ GRAMSCI, op. cit. p. 36.

²⁰ Não pretendemos adentrar na polêmica quanto ao significado do Estado absolutista (Perry Anderson, Nicos Poulantzas, etc); limitamo-nos ao esclarecimento de que nossas reflexões vinculam-se à interpretação marxiana do Estado burguês que, em síntese, “*surgiu ao tempo da monarquia absoluta, com o declínio do sistema feudal, que contribuiu para apressar*”. MARX; ENGELS. *Textos*. São Paulo: Edições Sociais, s/d, vol. III, p. 276.

dos homens. A luta competitiva marcou o comportamento individual com toda sorte de simulações e dissimulações visando a “preservação” de interesses particulares – generalização do *egoísmo racional* e da *lógica da concorrência* que pautou, inclusive, a atividade política como um todo. E, “*Com efeito, a hipocrisia ativa do Renascimento tinha como verdadeiro objetivo destruir o outro ou submetê-lo ao nosso próprio poder*”.²¹ A realidade social elevou a problemática do *poder* ao primeiro plano; e foi por meio do reconhecimento da primazia da disputa pelo poder como força motriz das relações humanas que Maquiavel atualizou a reflexão da *política*, configurando-a em seu sentido moderno, que tem no *poder* o centro prioritário da discussão.

O *egoísmo universal*, próprio à *natureza* dos homens na identificação de Maquiavel, justifica, além da manipulação, o uso da *violência*. Lembramos que o extermínio físico, o uso radical da violência como meio necessário, é um preceito admitido quando está em questão a eliminação de inimigos políticos. De qualquer modo, é Maquiavel quem inaugura a categoria do “mal necessário” em função da vil natureza dos homens. Figuram, por suposto, como meio temporário de assegurar com firmeza o poder, caracterizando as “crueldades bem cometidas”, em oposição àquelas cometidas indevidamente.²²

Refletindo sobre a “ética política”, portanto, nota-se que a renascença desdobra-se numa contradição interna entre a *moralidade abstrata* e a *ética social real* – tornando a questão mais ampla e complexa. A implosão do sistema feudal concretizou a perda de validade dos conjuntos fixos de valores. Maquiavel admite a impossibilidade de ações demarcadas por virtudes abstratas universais, interpretando tal postura não só como contrária à época como à própria natureza humana. Ante a contradição entre o *dever* e as *possibilidades reais* de agir conforme tal dever, Maquiavel reivindica que o agente político seja consciente de suas responsabilidades. Como o raio de ação das decisões políticas é mais amplo do que o circunscrito pela ação dos indivíduos comuns, tanto maiores são as responsabilidades dos homens públicos, de modo que suas atribuições lhe imprimem a condição de agir “acima da lei e da moral” que regem as demais individualidades. As *consequências* constituem o critério *par excellence* da atividade política – para à qual a realidade muitas vezes só deixa a escolha do menor mal possível. A *virtú* do estadista consiste em fazer as melhores escolhas, dentro das possíveis, para domar os caprichos da *fortuna* e, assim, concretizar os fins propostos, em nome da liberdade e do Estado.²³ É desta forma que Maquiavel separou, em sua *concepção global*, o sistema de *valores abstratos* da *prática política concreta*, com clara ênfase na superioridade desta última. Maquiavel aceita o *caráter contraditório do progresso*, e apesar de oscilar entre a ação revolucionária e a

reformista, é inequívoco que, em todos os casos, orienta-se para a transformação do mundo.

Retomemos a questão da violência. A unificação territorial-política foi fundamental para o desenvolvimento do capital, visivelmente levado a cabo nos países onde a *monarquia absoluta* atuou como força auxiliar na destruição das barreiras contrárias à produção burguesa. A recorrência à violência como meio necessário à manutenção ou à instauração do poder era um problema que emergia concomitante ao curso dos acontecimentos. A intervenção política, corriqueiramente violenta, era, ademais, essencial na apropriação do excedente.²⁴ É ao não uso da violência que Maquiavel computa, por exemplo, a causa da queda de Savonarola na Itália – evidenciando que a obra de qualquer “grande legislador” seria necessariamente precedida pelo extermínio dos rivais políticos. A expectativa de uma Itália unificada sob a forma de uma monarquia absoluta moderna, suplantando as divergências de interesses (dos estados mais pequenos ao papado), foi constantemente alimentada. Aliás, estava certo que na França ou na Inglaterra, a estabilização da ordem social resultou da mão régia do absolutismo.

Por vezes, há análises que tomam o *Príncipe* como *tratado da ditadura* (momento da autoridade e do indivíduo) e os *Discursos*, como *tratado da hegemonia* (momento do universal e da liberdade). Gramsci opta por identificá-los como *tratamentos preponderantes*: sem excluírem-se mutuamente, observa “*que não há oposição de princípio entre principado ou república, mas se trata sobretudo da hipóstase dos dois momentos de autoridade e universalidade*”.²⁵ As assertivas presentes em *História de Florença*, por exemplo, devem “*servir como uma análise das condições reais italianas e europeias das quais derivam as exigências imediatas contidas em O Príncipe*”. De modo que nos projetos políticos apresentados por Maquiavel, reconhece que no *príncipe*, “*sua 'ferocidade' está voltada contra os resíduos do mundo feudal, não contra as classes progressistas. O Príncipe deve por fim à anarquia feudal, e é isto que faz Valentino na Romanha, apoiando-se nas classes produtoras, comerciantes e camponeses. [Evidencia-se, portanto,] o caráter militar-ditatorial do chefe do Estado como [aquele que] se requer num período de luta para a fundação e a consolidação de um novo poder*”.²⁶

O mesmo sentido reporta à “*dupla perspectiva*” que caracteriza a ação política – a qual, em essência, incorpora ambos momentos da *autoridade* e da *universalidade*, cuja preponderância oscila de acordo com as demandas dos tempos. A política é matizada, pois, por “*dois graus fundamentais, correspondentes à natureza dúplice do Centauro maquiavélico, ferina e humana, da força e do consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal*”.²⁷ Enfim, “*ainda em seu melhor momento, a política é sempre um intermediário*

²¹HELLER, op. cit., p. 171-172.

²²MAQUIAVEL, Nicolau. *Escritos Políticos*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 38.

²³MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.

²⁴LUKÁCS, Georges. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

²⁵GRAMSCI, op. cit. p. 22.

²⁶Idem, p. 29-30-31.

entre a humanidade e a bestialidade”.²⁸

Em síntese, em Maquiavel, “política e natureza humana são dois complexos ontológicos funcionalmente indissociáveis”.²⁹ de modo que a importância do poder político é maximizado em razão direta à desqualificação do ser humano. A *maldade natural*, ou o *egoísmo universal*, é o fundamento irremovível em que se ancora toda a tematização política de Maquiavel. Qualquer virtude que ora se verifique nos homens é, pois, puro efeito da *lei*. Aliás, conhecer essa perversidade humana é condição para governar. Daí sua autorização para usar dos mesmos meios quando a situação assim o exigir. Importa que é pela *coerção legal* que a *brutalidade humana* é regulada e humanizada. Coação – pois a *lei* deve estar ancorada na *força* para garantir seus efeitos civilizatórios.

Apesar de Maquiavel conferir peso inestimável à política, sua aceção revela o caráter limitado³⁰ de sua intervenção. Isso porque ela só produz efeitos comportamentais, sem ser capaz de alterar a índole humana: o medo da punição *controla e restringe* a perversidade humana, e por uma imposição externa torna o homem bom – uma característica que persiste enquanto e só o *medo do castigo* e o *respeito às instituições* permanecerem vivos nos corações dos homens. De modo que *autonomia do poder* e *perversidade humana* se equacionam em razão inversa, donde a afirmação irrestrita da soberania absoluta, cujo portador se transpõe acima da lei e da moral, decorre da degeneração inata do indivíduo humano.

Em termos históricos, compreende-se que a caracterização do homem feita por Maquiavel traduz a “individualidade isolada” gestada pelo capital em seu nascedouro – indivíduos egoístas, cuja motivação é restrita à satisfação dos próprios interesses; uma individualidade apartada dos outros, opostos pela competição, cujo resultado necessário é o desdobramento em relações que refluem à animalidade. Cabe à *política* mediar e conduzir à humanidade. Esta é a *aurora feroz da modernidade* que Maquiavel flagra em seu panorama inaugural. Retrata em primeira mão os primórdios do

processo de autonomização e isolamentos modernos da política e do Estado, na tendência da ruptura com o próprio homem. Ao dessacralizar a política, ao encará-la em suas determinações terrenas, Maquiavel antecipa a moderna entificação do poder, e por esta via ratifica o surgimento do Estado verdadeiro.

Artigo recebido em 14.7.2012

Aprovado em 6.9.2012

²⁷Por exemplo, verifica-se que “Bodin funda a ciência política na França num terreno muito mais avançado e complexo do que aquele oferecido pela Itália à Maquiavel. Para Bodin, não se trata de fundar um Estado unitário-territorial (nacional), mas de equilibrar as forças sociais em luta dentro desse Estado já forte e enraizado; não é o momento da força que interessa Bodin, mas o consenso”. Idem, p. 31-33.

²⁸CASSIRER, Ernst. *O Mito do Estado*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 279.

²⁹CHASIN, op. cit., 2000, p. 236-237.

³⁰Esta limitação traz a reflexão que a politicidade pode ser uma necessidade própria a períodos caracterizados pela limitação do desenvolvimento humano. Em sentido moderno, a politicidade surge atada às necessidades de expansão do capital e de uma formação social incapaz de se autogerir e sustentar por suas próprias forças. Evidencia-se sua peculiaridade de atributo historicamente determinado, e a elaboração de Maquiavel abre caminho para a apreensão da própria natureza da política, de seus limites intrínsecos, de seu caráter de força social ativada não pelos melhores atributos dos homens e que tem na irresolução sua forma de ser. Estas afirmações se fundamentam na crítica ontológica à política desenvolvida por Karl Marx, seguindo a analítica de J. Chasin sobre a temática: CHASIN, José. *Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. São Paulo: Boitempo, 2009.